



**11ª Jornada Científica e
Tecnológica do IFSULDEMINAS**

**& 8º Simpósio de
Pós-Graduação**

É (IM)POSSÍVEL TERMOS UMA INSTITUIÇÃO TOTALMENTE INCLUSIVA?

Reginaldo A. SILVA¹

RESUMO

O presente trabalho teve como finalidade analisar, discutir e esclarecer a (im)possibilidade de haver uma instituição realmente inclusiva. Diante a demanda emergente da educação inclusiva, o rompimento de paradigmas abre a oportunidade de substituir um sistema excludente a um sistema mais humano de tratamento e respeito às diversidades. Em formato qualitativo, foram realizadas entrevistas integralmente em Língua brasileira de sinais (Libras) com sete participantes surdos egressos e universitários em formação, por meio de um roteiro de entrevista de dez questões, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas. A análise das discussões, das expressões dos participantes registradas no roteiro, nos revelou pelas suas ações, a (in)visível exclusão da comunidade acadêmica, no tratamento (in)direto com os alunos surdos. Conclui-se que: é sabido que as barreiras, os obstáculos a uma educação inclusiva é fato. Para que sejam vencidos tais dificultadores, além das significativas adequações necessárias, estas impulsionadas pelas políticas públicas vigentes, há ainda outra barreira que deve prioritariamente, dentre as demais, ser vencida para que se construa uma instituição realmente inclusiva: a atitudinal.

Palavras-chave: Estudantes com Deficiência; Indiferença; Exclusão; Respeito.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a Educação é para todos e não há brecha para exceções (UNESCO, 1994) e nem é condicional e nem pode haver parcialidade (ANTUN, 2013), somado aos dispositivos legais, as políticas públicas de inclusão, seria sem sombra de dúvidas dizer que: sim, é possível termos uma instituição totalmente inclusiva. Porém, há ainda muitas mudanças a serem realizadas para que isso venha a ocorrer. O sucesso educativo do sujeito, com ou sem deficiência, parte da mudança da perspectiva educacional sem a segregação e atendimento diferenciados, de forma que todos recebam uma educação de qualidade independentemente de suas singularidades. A Lei nº 13.005 que aprova o PNE têm suas estratégias ampliar as políticas de inclusão de modo a beneficiar o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na educação superior e apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014; MANTOAN, 2006).

No que se refere à inclusão, Orrú (2017a) e López Melero (2008; 2011; 2012), reforçam que todos sejam incluídos sem preconceitos, recebam por igualdade uma educação de qualidade e sejam respeitadas as suas alteridades e singularidades. A ausência de compromisso com inclusão adjetiva a indiferença, incita e propaga a exclusão. Ao desejar incluir, isso se torna uma ilusão, pois, sem estar comprometido com a causa e mantendo-se indiferente, o reflexo um reflexo será a falsa inclusão. Há no mínimo três barreiras que influenciam e impedem uma educação de qualidade na perspectiva

1 Mestrando em Educação PPGE-Unifal/MG, Tradutor-Interprete de Libras do IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes*. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

inclusiva, a saber: 1) Políticas (regulamentos contraditórios), 2) Cultural: (conceitual e atitudinal), e 3) Didática (ensino-aprendizagem) (LÓPEZ MELERO, 2012).

Há justificativas de que, para ser um bom professor numa instituição, este deve ser um exímio pesquisador, pois seu desenvolvimento intelectual estará em um nível elevado. Mas, tais justificativas caem por terra quando se é levando em conta a ineficiência de ensino em sala de aula e o tratamento dispensado aos alunos, principalmente se este for Pessoa com Deficiência (PcD). Isso acontece porque em sua formação, muitas das vezes, não teve conhecimentos pedagógicos, e em seu campo de pesquisa, fica subentendido que o aluno não necessita apreender o sentido daquele conhecimento (BAZON *et al.*, 2018). Romper com os paradigmas engessados abre-nos a oportunidade de substituir a triste realidade indiferente e excludente que perpetua os espaços institucionais. Dentre as barreiras, a atitudinal sobressai às outras. O presente artigo, embasado na Epistemologia Qualitativa, tem como objetivo esclarecer as (im)possibilidades de se ter uma instituição realmente inclusiva. A fundamentação teórica pauta-se nos autores: Orrú e López Melero norteadores dos conceitos de inclusão.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa em formato qualitativo teve como pressuposto informações coletadas a partir de um Roteiro de Entrevista – com submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – constituído de 10 questões em formato de vídeo integral em Libras, realizadas individualmente com 07 profissionais, egressos e universitários, surdos. As entrevistas foram realizadas em dois locais: *In loco*, com data e horário definidos pelos participantes; e virtual, por conexão via *WhatsApp*. Todos os participantes tiveram suas identidades preservadas e foram assegurados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo CEP de acordo com as Resoluções nº 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise das expressões dos participantes foi percebido que, ainda que assegurados pelas políticas públicas da inclusão, o espaço universitário trás consigo uma indiferença por parte da comunidade acadêmica que desencadeia (in)visivelmente a exclusão dos sujeitos, principalmente dos que possuem alguma deficiência; desta pesquisa: os sujeitos surdos (BRASIL 2000). O envolvimento dos profissionais da educação para subsidiar os meios acessíveis que venham a contribuir para o aprendizado do aluno, muitas vezes aparece como: desprezo, rejeição e indiferença.

Como foi relado por eles, o olhar altivo e a resposta de suas expressões face-corporais revelam o desdém à inclusão da diversidade e o desrespeito às diferenças e alteridades do outro.

Estes indicadores (in)visíveis deixam claro que há ainda uma exclusão perpetuando os espaços. Há uma falsa admiração e aceitação da inclusão. As barreiras que esses sujeitos enfrentam muitas vezes não são as linguísticas nem mesmo as arquitetônicas, mas sim as atitudinais que tentam disfarçar, mas são extremamente visíveis aos olhos dos surdos que fazem uso da acuidade visual. A leitura das expressões corpo-faciais. Estas não conseguem esconder os pensamentos e denunciam, por meio do olhar excludente, a indiferença que é dispensada ao outro (FURTADO, 2016).

Foi possível, por meio das entrevistas, identificar as barreiras enfrentadas no universo acadêmico. O olhar de descrédito e certamente negativo, expõe a indiferença. Compilando as expressões dos participantes, temos a seguinte resposta: “Nunca me chamaram para participar de alguma, sempre me rejeitavam [...] me olhavam de lado, me rejeitando, parecia estar com medo de mim [...] me olhavam de modo superior, metido e sempre com desprezo”. Esse olhar indiferente registra a desaprovação, inferioriza e coisifica o outro como alguém incapaz de algo.

4. CONCLUSÕES

Os dados nos revelam que: ainda que uma instituição venha a ter todas as condições acessíveis e possíveis de receber um aluno com ou sem deficiência, que tenham em seus quadros docentes de excelência profissional, pesquisadores de alto nível cognitivo e um *status*, no que se refere a pesquisas e grandes publicações de renome, nada farão e terão sentido se estes não souberem lidar com as diferenças. A diversidade está às portas. O conhecimento é devido a todos. O direito de acesso à universidade já é fato. E o ingresso de pessoas com deficiência é emergente.

Com Políticas Públicas em vigor, o sistema educacional, o espaço educacional não deve se tornar um obstáculo imposto para se aprender. Respeitar as singularidades e alteridades do outro, é o mínimo para que se faça a diferença na inclusão.

O *feedback* desses sujeitos nos mostra a real complexidade dentro dos muros da instituição de ensino. Inúmeros obstáculos são vencidos diariamente. O arquitetônico tem sido ajustado. O linguístico (neste caso a comunicação em Libras) tem conquistado os espaços a atraído mais pessoas que se comunicam por este idioma. Mas, ainda induzidos pelo biopoder, pelos dispositivos de controle e normalização, muitos adjetivam o outro sem levar em conta suas potencialidades. As atitudes que nutrem os estereótipos e engessam a sociedade, estas é que devem sofrer mudanças.

As mudanças para que se tenha uma instituição realmente inclusiva, só terá efeito positivo se tais transformações começarem a acontecer dentro da instituição primária, a prioritária, aquela que deve ser à base de todas as atitudes genuínas: o indiscutível eu. O “eu” se transformando e respeitando a diversidade e alteridade do outro, com certeza teremos uma instituição e não muito menos uma educação realmente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUN, Raquel Paganelli. A dialética inclusão/exclusão na escola do novo milênio. *In*: MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org.). **Para uma escola do século XXI**. Campinas: Unicamp/BCCL, 2013. Ilustrador: Gustavo Machado Tomazi. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000922545&opt=1>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra et al. Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 44, p.1-20, 25 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e176672.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá Outras Providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Narrativas identitárias e educação**: os surdos negros na contemporaneidade. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LÓPEZ MELERO, Miguel López. ¿Es posible construir una escuela sin exclusiones? **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol. 14 n.1 Marília Jan./Apr. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000100002>. Acesso em: 20 set. 2018.

LÓPEZ MELERO, Miguel López. Barreras que impiden la escuela inclusiva y algunas estrategias para construir una escuela sin exclusiones. **Innovación Educativa**, nº 21, 2011: pp. 37-54. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/ie/article/view/23>. Acesso em: 20 set. 2018.

LÓPEZ MELERO, Miguel López. La escuela inclusiva: una oportunidad para humanizarnos. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, vol. 26, núm. 2, agosto, 2012, pp. 131-160. Universidad de Zaragoza. Zaragoza, España. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27426890007>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? – 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão**: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** – Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.